
REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 28 No. 2 2015

ARTIGO

CONTRATEMPO: ARQUEOLOGIA DE CONTRATO OU UMA TRINCHEIRA NA BATALHA PELOS MORTOS

Alejandro Haber*

RESUMO

Por que no presente contexto territorial de intervenção do capital a arqueologia de contrato (AC) é tão eficiente em termos de mercado? No sentido de buscar uma resposta para esta questão será dissecada a profunda cumplicidade entre, por um lado, as premissas teórico-metodológicas tecnologicamente da AC e, por outro, as premissas ontológicas e epistemológicas hegemônicas mobilizadas pelas narrativas do desenvolvimento. Depois de apresentar os fundamentos da forma pós-disciplinar da AC, será exposta sua vocação totalitária implicada na oposição às vozes dissidentes não ouvidas. Em contextos de fronteira, AC pode ser vista tanto como uma expansão profissional eficiente (do ponto de vista hegemônico), quanto como uma trincheira na batalha pelos mortos.

Palavras-chave: Epistemologia da arqueologia, disciplina, pós-disciplina.

ABSTRACT

Why is it that, in the present context of territorial intervention of capital, contract archaeology (CA) is so efficient in terms of the market? In order to approach an answer to this question, the deep complicities between, on the one side, the theoretical-methodological assumptions technologically reconverted by CA and, on the other, the hegemonic ontological and epistemic assumptions mobilized by the narratives of development are anatomized. After featuring the fundamentals of the specific post-disciplinary form of CA, its totalitarian vocation implied in its opposition to the unheard dissident voices is exposed. In the context of the border, CA can be either seen as an efficient professional expansion (from the hegemonic viewpoint) or as a trench in the battle for the dead.

Key words: Epistemology of archaeology, discipline, postdiscipline.

* Escola de Arqueologia, Universidad Nacional de Catamarca/CONICET, Catamarca, Argentina.
afhaber@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na época em que era estudante de graduação, a mera possibilidade de que a arqueologia tivesse êxito comercial, eficácia mercantil, era tão improvável que nem sequer era pensada. Assim, só os mais velhos entre os leitores podem compartilhar comigo algum tipo de surpresa. É ainda um mistério que os estados nacionais regulem as intervenções profissionais em cautela de certos objetos do passado e o conhecimento desse passado, enquanto, ao mesmo tempo, ignorem seus deveres de proteção dos direitos daqueles que habitam nessas mesmas terras. Mais ainda, é comum que estes habitantes sejam descendentes dos objetos de cujo esquema de proteção se deriva a arqueologia como uma profissão liberal com um desempenho mercantil de êxito. Minha primeira reação à surpresa foi combater a lógica dos procedimentos de estudo de impacto com padrões de qualidade tão altos e estritos, de forma a estar seguro de que o princípio de cautela da avaliação de impacto seria aplicado de forma precisa e confiável. O contexto da fronteira capitalista, no entanto, muito rapidamente mostrou-se não só bastante flexível, mas inclusive de demanda de padrões de qualidade deprimidos (HABER, 1999). Os projetos mega-mineradores em relação aos quais fui chamado a intervir baseavam-se em desequilíbrios tão imensos de poder que acabava sendo estúpido, nestes contextos da prática, sustentar independentemente um princípio ético. *Bueno...*, como todos sabem, e como eventualmente fiquei sabendo, ninguém contrata um estúpido. E este foi o fim de minha história de vinculação pessoal por esse lado. É tão gigantesca a desproporção de poder entre as corporações mega-mineradoras e os estados nacionais e provinciais que estes terminaram eventualmente sendo, e ainda o são, defensores dos interesses corporativos. Por sua vez, as pessoas locais experimentavam o desconforto, a negociação, a resistência. Fiquei com a docência, tratando de inculcar nos estudantes uma firme aderência aos padrões de qualidade que a lógica da avaliação de impacto requeria (mas que o mercado rechaçava). Porém, eventualmente inclusive a lógica foi confrontada, quando minha estudante Daniela Fernández, ela mesma habitante de uma cidade fortemente impactada por uma mega-mineradora e prestes a sofrer intervenção por outra ainda maior, ensinou-me acerca do princípio da vida: ela questionava o significado de tomar parte em um procedimento de avaliação de impacto de um projeto que punha em risco sua vida e de sua família. *Intervir em cautela dos efeitos de um projeto sobre o patrimônio arqueológico não tem sentido se as vidas dos herdeiros desse patrimônio ficam comprometidas por esse mesmo projeto.* O enunciado de Daniela era tão simples, como profundamente certo. Porém, se pensamos sobre ele, suas consequências não são tão simples, mas profundas. Em primeiro lugar, ela introduz o valor da vida local como proeminente sobre os valores da verdade, do desenvolvimento e da utilidade. Ela estabelece seu domicílio de enunciação em seu domicílio de habitação, no lugar da academia. Ao mesmo tempo, consolida seus interesses com o movimento local pela vida e contra a mineração tóxica, um movimento que eu também apoio.

Muito se tem falado sobre as questões técnicas e metodológicas das intervenções arqueológicas em projetos de investimento e desenvolvimento.

Têm-se debatido muito sobre as considerações éticas e a necessidade de orientações de gestão. Comparativamente, têm-se ignorado o trabalho teórico sobre as razões para uma aliança entre o capital, o estado e a arqueologia. Este era o foco do Inter-congresso da WAC (Congresso Arqueológico Mundial, por sua sigla em inglês) realizado no Brasil em 2013, que recebeu uma feroz resistência de muitos colegas logo que foi anunciado na lista de e-mails da WAC. Não só felicito Adriana Dias e Cristóbal Gnecco por organizar um fórum com o objetivo de levar o trabalho teórico àqueles rincões de nossa prática que têm sido ignorados, mas também penso que se deve teorizar sobre a resistência à teoria por parte de um setor importante do coletivo disciplinar. A arqueologia de contrato converteu-se em uma tecnologia de maneira tão ovina que os arqueólogos se ressentem de ser algo distinto do que instrumentos. Para me opor, mesmo que seja só um pouco, de tão decisiva despedida do pensamento, quero propor um contratempo. Um contratempo é um obstáculo, pelo qual proponho que o pensamento seja um obstáculo à instrumentalização. Porém um contratempo é também um tempo contrário, um outro tempo, que tem outra forma e transcorre de alguma outra maneira. Gostaria que este texto contribuísse ao duplo significado do contratempo. Nas páginas seguintes analiso tanto os aspectos epistemológicos que constituem a arqueologia como conhecimento disponível para a intervenção, como os pressupostos epistemológicos do contexto político e cultural mais amplo que governa as intervenções nos territórios de fronteira para mostrar como ambos os conjuntos de pressupostos não só são compatíveis, como se necessitam mutuamente. Espero ser capaz de mostrar as cumplicidades epistemológicas com base nas quais são possíveis as alianças epistemológicas e políticas, inclusive mais além dos compromissos prévios com a ética, a ciência e o profissionalismo. Também gostaria de transmitir a ideia de um sentido contra-hegemônico da teoria de fronteira tal como está sendo pensada nos movimentos pela vida e contra a mineração tóxica, um sentido que tem ecos em minha proposta da arqueologia indisciplinada (HABER, 2012).

PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS DISCIPLINARES

A disciplina arqueológica pretende conhecer o passado a partir de seus restos materiais. Qualquer que sejam as definições específicas de conhecimento, passado e materialidade que se escolha, algo deve ser dito sobre um tempo passado com base em algum tipo de observação das coisas. Supostamente, estas coisas originam-se em um tempo passado, o mesmo sobre o qual fala a disciplina arqueológica. Começando de uma compreensão tão rasteira da disciplina arqueológica, parece conveniente analisar como se relacionam mutuamente os distintos termos nela incluídos.

A disciplina arqueológica codifica uma série de transformações inter-relacionadas: desde o tempo passado ao tempo presente, desde o factual ao discurso, desde a percepção à escrita, desde o outro até eu. Quando as relações entre estes termos são diferentes as disciplinares, são consideradas conhecimento imperfeito ou maneiras ilícitas de tratar as coisas arqueológicas. Isto se deve ao fato de que a disciplina, antes da percepção dos fatos, já atribui

ao mundo certos valores referentes à matéria, à percepção, ao tempo e ao outro. Daí que não seja realmente surpreendente encontrar estes valores no mundo. Esta atribuição de valores constrange o território para o debate ético e político posterior.

O objeto arqueológico, quer dizer, tal como este é compreendido pela disciplina arqueológica, era uma coisa. Como coisa, foi traduzido em fato através da atribuição de valores arqueológicos. Esta atribuição acontece quando a coisa é designada pela linguagem disciplinar; neste ponto para de ser uma coisa e se transforma em um caso dentro de uma categoria de fatos. Esta categoria de fatos tem um nome, pelo que pode ser dito e escrito. A primeira atribuição é o valor do mutismo: o objeto arqueológico não é uma peça de escrita ou de fala (contemporânea); a arqueologia obtém especificidade e independência de seus vizinhos, a história e a etnografia. Esta diferença com a vizinhança define o objeto arqueológico como a ausência (obliteração) da comunicação linguística. O etnógrafo se comunica com seu objeto-gente através de algum tipo de comunicação linguística, seja direta ou mediada. O historiador se comunica com seu objeto-gente através de uma comunicação linguística presente na escrita. As pessoas dizem algo aos etnógrafos e historiadores (usualmente, mesmo que não sempre, com palavras). Este não é o caso dos arqueólogos, cujos objetos não lhes dizem nada. Os objetos materiais não falam. Mesmo que alguns arqueólogos digam que lêem os vestígios arqueológicos (e.g., HODDER, 1989), esse enunciado é compreendido como uma metáfora, ou seja, como uma extensão aos objetos arqueológicos dos tipos de relação usuais na comunicação verbal ou escrita. Os restos materiais são, então, considerados como análogos ao texto, e podem ser lidos como *se fossem* textos, ou seja, uma extensão metafórica do significado do qual os objetos materiais *real ou literalmente carece*.

A carência essencial de linguagem deve ser transformada em discurso linguístico. Seja o que a arqueologia diga sobre seu objeto, ela diz algo sobre uma coisa que não diz nada. Aquilo que a arqueologia diz, qualquer que seja o significado da coisa, não é dito pela coisa (devido ao seu mutismo), senão pela arqueologia com base no que vê. A relação entre o objeto mudo, porém visível e a arqueologia que fala e vê só pode ter uma forma: a arqueologia percebe o exterior da coisa e fala e escreve sobre a coisa. A coisa não pode responder a uma só palavra que a arqueologia fala sobre ela. Qualquer que haja sido o tipo de relação entre as pessoas do passado e seus objetos, estes permanecem fechados no presente da arqueologia devido a sua capacidade material, ou seja, não linguística. Fica excluída, então, a comunicação com as pessoas no passado; a relação com eles fica caracterizada como uma visão arqueológica particular, fixa e unidirecional. O significado atribuído aos objetos, aos sítios, aos contextos, depende do consenso disciplinar intersubjetivo. Seja esta coisa uma lasca, uma casa ou um depósito ritual, o sentido será atribuído ao objeto mediante a aceitação implícita de que esta coisa é um caso dentro de uma categoria designada com um nome. A designação linguística disciplinar de objetos mudos atribui valores de que carece os objetos em função de seu mutismo natural; e tal atribuição de valores se traslada às pessoas no passado

arqueológico: os produtores e usuários de lascas, os habitantes das casas e os devotos que praticam depósitos rituais (HABER & SCRIBANO, 1993). (O conhecimento sobre/as pessoas d) o passado depende da atribuição disciplinar de valor à matéria muda, uma vez que esta coisa já foi atribuída com os valores da materialidade e do mutismo. Qualquer que tenha sido a relação entre pessoas e lascas, a linguagem disciplinar arqueológica já decide de antemão que determinadas coisas são lascas e que determinadas pessoas são fabricantes/usuárias de lascas. Uma vez que decide que o mundo das coisas é mudo e que toda comunicação com as coisas é impossível, com exceção da percepção visual externa, abre-se um amplo caminho até a atribuição unilateral de valores. Tal atribuição não é casual, nem fortuita, senão que depende do apoio e da linguagem do coletivo disciplinar que dá nome às coisas.

Estas decisões não foram inventadas do nada pela arqueologia. Uma longa tradição historiográfica ofereceu a base prontamente adotada e adaptada pela arqueologia. Em sua obra historiográfica pioneira do século V a.C., Heródoto acoplou as distintas operações que mais tarde consolidaram-se na tradição historiográfica ocidental. Heródoto uniu uma classificação grega comum das pessoas com uma classificação das fontes do conhecimento histórico. Os gregos classificavam as pessoas de acordo com o seu domínio ou carência de linguagem verdadeira (e os gregos consideravam que sua língua, a grega, era a verdadeira) (SANTIAGO, 1998). Os gregos e os bárbaros (ou seja, os povos que não falavam grego) foram classificados a partir de sua proximidade linguística/cultural com o escritor (o próprio Heródoto). As fontes do conhecimento foram classificadas em relação a um espectro de proximidade/distância com a verdade, desde o testemunho visual dos fatos (próximos da verdade) até as lendas de segunda mão e o conhecimento tradicional (próximo da mentira). As fontes do conhecimento do passado foram comunicadas linguisticamente a Heródoto, como texto oral ou escrito. O próprio Heródoto não foi testemunha ocular dos fatos passados, porém os conhecia através das palavras presentes nas fontes (documentos). Qualquer tipo de pessoa podia transformar fatos em palavras, inclusive gente que lutou em ambos os lados das Guerras Médicas, entre os gregos e os persas. Mas só o testemunho ocular dos fatos por falantes de grego tinha a oportunidade de ser comunicado ao historiador como um conhecimento superior, próximo da verdade. A memória coletiva, o conhecimento tradicional e o conhecimento bárbaro, foram classificados nos níveis mais baixos da hierarquia do conhecimento, principalmente se este conhecimento era sobre estes mesmos bárbaros. A alteridade cultural foi assim acoplada à ideia de que os fatos são reconhecíveis mediante uma observação externa, logo posta em palavras na linguagem do historiador. O outro cultural/linguístico não tinha oportunidade para as palavras, nem sequer para retornar o olhar. Essas decisões foram consolidadas na tradição historiográfica ocidental, no duradouro marco da disciplina histórica como o conhecimento especializado do passado (GARRAHAN, 1946; GOTTSCHALK, 1950; SHAFER, 1974). As compreensões ontológicas do conhecimento e do passado foram correspondentemente naturalizadas.

Ver e tocar a matéria resultava ser o principal veículo para uma aproximação racional da verdade no mundo ocidental. A partir dos séculos V e VI d.C. apareceria na Itália o tema artístico, logo popularizado durante o Barroco, conhecido como “a incredulidade de São Tomé”, que ilustrava o Apóstolo pondo seus dedos nas feridas de Jesus. O episódio é narrado da seguinte maneira no Evangelho de João (20:24-29):

24 Ora, Tomé, um dos doze, chamado Dídimo, não estava com eles quando veio Jesus.

25 Disseram-lhe, pois, os outros discípulos: vimos o Senhor. Mas ele disse-lhes: se eu não vir o sinal dos cravos em suas mãos, e não puser o meu dedo no lugar dos cravos, e não puser a minha mão no seu lado, de maneira nenhuma o creerei.

26 E oito dias depois estavam outra vez os seus discípulos dentro, e com eles Tomé. Chegou Jesus, estando as portas fechadas, e apresentou-se no meio, e disse: Paz seja convosco.

27 Depois disse a Tomé: Põe aqui o teu dedo, e vê as minhas mãos; e chega a tua mão, e põe-na no meu lado; e não sejas incrédulo, mas crente.

28 E Tomé respondeu, e disse-lhe: Senhor meu, e Deus meu!

29 Disse-lhe Jesus: porque me viste, Tomé, creste; bem-aventurados os que não viram e creram.

O texto bíblico, no que se refere a fé (crer sem ver) e ao ceticismo (a necessidade de ver e tocar por si mesmo para aceitar o fato), reproduz a hierarquia prévia de fontes do conhecimento, mesmo que esta hierarquia esteja voltada para a fé. É interessante, de qualquer forma, o foco no tato, e não só na visão, com que se ilumina Tomé, já que trás para um primeiro plano a relação entre a preferência da visão como o órgão da percepção e compreensão dos fatos em termos de matéria, daí a necessidade de tocar. Também é interessante que na tradição ocidental, Tomé seria considerado o patrono da Justiça (no sentido da exigência de provas materiais dos fatos) e não do Ceticismo (no sentido de negação da Fé).

A disciplina arqueológica estende esta ontologia dos outros culturais (inclusive os inimigos) ao passado arcaico, ou seja, o passado que não pode ser mediado pela linguagem. A operação completa da visão unidirecional junto com a textualização na intimidade linguística/cultural ocidental, acaba sendo governada pelas operações metodológicas da arqueologia. A arqueologia compreende a materialidade como um fato material mudo e logo escreve as palavras que a tornam comunicável/interpretável/explicável em seus próprios termos, sendo que já lhes havia atribuído significado. Ao ser transformada em fato, a coisa é atribuída com o valor de ser incapaz de devolver olhar ou a palavra. É mais, tão próximo como agora estamos da coisa, advertimos que, inclusive antes de ser percebida ou nomeada, a coisa já é atribuída de sua falta de relação: a coisa é uma mera coisa, tal como seria sem suas relações constitutivas, inclusive as relações que teria com o receptor.

Esta é a razão pela qual a arqueologia não só pré-compreende a coisa como linguisticamente carente, senão que também não lhe reconhece qualquer

capacidade semiótica ou linguística. Isto é válido, ao menos, a partir de uma perspectiva ontológica e epistemológica, uma vez que a arqueologia “interpreta” significados não linguísticos das coisas, exemplo dos quais são os significados práticos. Não obstante, por agora devemos enfatizar a grande importância que para a arqueologia tem a repressão do sentido das coisas. As coisas são extirpadas das relações nas quais são. As relações nas quais as coisas são estão separadas das coisas.

A história — o que se diz que aconteceu — é, contudo, como uma representação textual da história — o que aconteceu. A textualidade representa o factual; recordemos que o factual já estava codificado em intimidade cultural com o historiador, o que implica que ambos, o historiador e o autor do documento (o que textualiza originalmente o factual) compartilham (ou assumem que compartilham) certas compreensões a respeito do tempo, do conhecimento e da matéria. A alteridade cultural (outras ontologias diferentes da do historiador) é excluída dos documentos ou considerada descartável (neste sentido vale a pena ler sobre o sentido descolonial da história oral; cf. RIVERA 2010). O método arqueológico da hierarquia das fontes codifica uma violência epistemológica, dado que exclui a potencial alteridade constitutiva de outras fontes e, em geral, de outras epistemologias como carentes de verdade e constituídas na falsidade (TROUILLOT, 1995).

A disciplina arqueológica também textualiza o factual, porém dentro de sua própria metodologia: é a arqueologia quem escreve sobre os fatos (relatórios de campo, registros, esquemas, formulários, artigos, etc.) no lugar de 'descobrir' textos já escritos por outros em arquivos documentais. A textualização arqueológica se faz na intimidade do coletivo social disciplinar e da linguagem disciplinar. A linguagem disciplinar introduz uma violência epistemológica antes da metodologia. Uma vez que a coisa seja considerada um objeto arqueológico, a ela é atribuído todo um conjunto de relações, ao mesmo tempo em que fica excluído de todo um conjunto de outras relações possíveis. Como expliquei acima, isto implica em uma violência ontológica prévia que extirpa as coisas das relações que as constituem. Toda atribuição de significado ou interpretação ocorre a partir de uma repressão original de sentido.

Quando a arqueologia estuda restos materiais, implicitamente descarta tanto a matéria não restante, como os restos não materiais. Ou seja, a possibilidade de que algo pertença a tal categoria “restos materiais” implica na eliminação das outras duas possibilidades. Estas eliminações são consideradas diferentemente na disciplina arqueológica. A primeira eliminação, a matéria não remanescente até o tempo presente, pode ser considerada como uma crítica externa das fontes; na disciplina arqueológica funciona sob o título de tafonomia e de processos de formação de sítios. A segunda eliminação, os restos imateriais, pode ser considerada como parte de uma crítica interna, mesmo que ainda não tenha recebido muita atenção por parte da disciplina arqueológica senão mediante sua exclusão. Dado que as relações com as coisas foram previamente excluídas do fato, da descendência e da memória, como fontes de conhecimento são excluídas do marco disciplinar que define ao objeto e ao método. A descendência e a memória dos objetos arqueológicos não podem

acontecer em função de sua capacidade de sujeito disciplinado. A descendência e a memória não são relações que possam ser vistas externamente, pois são internamente constitutivas da subjetividade. Só ocasionalmente uma consideração coerente da crítica interna, como em alguns casos da arqueologia indígena, é capaz de romper os limites restritivos da disciplina. Muito mais frequentemente a estratégia de objetivação disciplinar tem sido resistente à crítica interna; em tais situações a arqueologia indígena tem-se sujeitado à linguagem disciplinar ou se reduzido a uma maquiagem dos marcos disciplinares para conservá-los inquestionáveis (GNECCO & AYALA, 2010).

O tempo ocidental está dentro da matriz da disciplina arqueológica, assim como da historiografia. Quase se pode dizer que Ocidente é, principalmente, uma teoria da história. O tempo ocidental tem uma forma linear: uma linha reta que vai desde o passado até o presente. Com um ponto de origem e uma magnitude, o tempo ocidental em um vetor. Desde a aparição das religiões abraâmicas, o tempo se origina no ato divino da criação e se orienta até a ressurreição dos mortos. Ainda quando distintos pontos de origem e magnitudes têm replicado os originais, a forma do tempo permanece virtualmente igual. O colonialismo renascentista europeu se orientava para a salvação das almas; os colonialismos europeus do século XIX se orientavam para a civilização (THOMAS, 1994); e desde meados do século XX, o tempo se orienta para o desenvolvimento (ESCOBAR, 1999). Os pontos de origem mudaram desde a Criação até o *Big Bang*, com suas outras réplicas (o nascimento de Cristo, o descobrimento da América, as independências nacionais, etc.) assinalando pontos de origem particulares para coletivos específicos. O tempo vetorial admite localizar a cada pessoa, povo e nação ao longo de uma linha, numa sequência de magnitude crescente desde a origem. Os espanhóis dos séculos XVI e XVII (ainda mais se fidalgos cristãos) estavam mais próximos que os andinos da salvação de suas almas, ou seja, tinham maior magnitude. Os ingleses do século XIX estavam mais próximos da civilização que os gaúchos. Os Estados Unidos do século XX estavam mais próximos do desenvolvimento do que a Argentina. O tempo vetorial também implica que a história esteja espacialmente distribuída, no sentido de que ao longo do tempo a história se move de acordo com a progressão do vetor. Então, cada ponto no vetor tende a mover-se em direção da magnitude. Espera-se que um andino se mova em direção ao Cristianismo, um gaúcho até a civilização e a Argentina até as formas norte-americanas de desenvolvimento e capitalismo. As categorias interpretativas comuns na disciplina arqueológica (complexidade, diferenciação política, domesticação, etc.) são definidas nesta mesma forma vetorial, e quando o passado não ocidental é interpretado de acordo com estas categorias, naturaliza-se a ontologia ocidental do tempo vetorial. Uma das principais tarefas da disciplina arqueológica parece ser a expansão da ontologia do Ocidente sobre tempos e povos que estão além de suas fronteiras.

Nenhuma outra disciplina está mais bem equipada que a arqueologia para colocar a cada povo, inclusive o mais distante e arcaico, dentro da forma já estabelecida do tempo ocidental. Enquanto que a teoria ocidental da história não está delimitada pela disciplina arqueológica, seu alinhamento particular

com a epistemologia da visão unidirecional e a antropologia da alteridade fazem dela um corpo de conhecimento particularmente útil para naturalizar e universalizar a ontologia ocidental; e isto é de fundamental importância em contextos de expansão das fronteiras, como o atual.

Tal utilidade sistêmica não tem nenhuma relação com as decisões éticas, ainda que inclua e oculte decisões fundamentais em relação à prática. Aquilo que usualmente é considerado como dependente de decisões éticas individuais em contextos da prática, já está sobre determinado por decisões epistemológicas adotadas durante os processos de disciplinamento. Podem-se descrever dois desses processos. O disciplinamento ontogênico ocorre durante os anos de exposição institucionalizada e conversão à linguagem, à epistemologia e à ontologia disciplinar. O disciplinamento filogenético ocorre na medida em que a disciplina se desenvolve e adota sua própria linguagem e se institucionaliza; no caso da disciplina arqueológica, adveio como meio hegemônico para tratar dos ancestrais dos povos derrotados e seus descendentes colonizados. Ambos os processos de disciplinamento estão suficientemente maduros quando a linguagem disciplinar é adotada como se fosse a própria, e quando os marcos disciplinares estão a salvo da crítica interna da descendência e da memória. De fato, usualmente ocorre que a descendência e a memória, em outras palavras o significado relacional das coisas, são reprimidas. Uma vez disciplinado, todo um repertório de métodos e teorias aparecem e se multiplicam; no entanto, para além desta variabilidade, os marcos disciplinares permanecem sólidos e preservados.

A violência epistemológica está codificada no marco disciplinar. Uma vez que o sujeito se disciplina, e que a disciplina torna-se o meio autorizado para tratar com uma área particular da realidade (os ancestrais dos derrotados, o patrimônio arqueológico, etc.) não há mais outra opção real, dentro dos limites do marco, a não ser reproduzir a violência epistemológica. Em tal contexto, as avaliações éticas da prática, inclusive assumindo que os indivíduos envolvidos têm a melhor das intenções descolonizantes, quando muito oferecem a aparência de uma prática descolonial - o que se conhece como prática politicamente correta. Apesar de sua aparência, tais práticas reproduzem o mesmo marco epistemológico que codifica a violência sobre outros conhecimentos. Essa é a razão pela qual uma perspectiva descolonial da arqueologia deveria avaliar os pressupostos epistemológicos e ontológicos que informam a linguagens (como a disciplinar) que dão significado ao mundo, tornando-o disponível a expansão de relações coloniais.

Tendo chegado a este ponto, devo reconhecer a virtual inexistência em sua forma pura de uma paisagem como à descrita. No entanto, espero ter apresentado, mesmo que de maneira simplificada, uma série de relações que sustentem meu argumento. As premissas sobre o funcionamento do mundo e da axiologia da disciplina arqueológica atravessaram grandes transformações durante as últimas décadas e devo desenvolver algo mais para agregar um pouco de carne a uma paisagem tão esquelética, como a que apresentei até agora.

PÓS-DISCIPLINA

Nos últimos 20 anos, o capitalismo entrou em uma nova etapa de expansão e começou-se a considerar territórios previamente ignorados pelos investimentos do capital. Novas tecnologias de exploração e/ou processamento passam a ser aplicadas a recursos antes não explorados. O mercado capitalista tardio expandiu-se para cada rincão do planeta, para cada lado do mundo, cada fragmento de conhecimento, tradição ou curiosidade. Até a própria expansão ocidental se transformou em mercadoria capitalista, capturando a alteridade, o exotismo, a tradição, as regiões interiores, as aventuras e as fronteiras. As ruínas, a história, o passado e qualquer signo da diferença em relação ao mundo capitalista é um objetivo privilegiado para o desenvolvimento mercantil. Os projetos de desenvolvimento rural e urbano extraem sedimentos que contém restos do passado em quase cada todo ponto do mundo pós-colonial. As reconstruções de vidas passadas feitas pela arqueologia disciplinar são transformadas em atrações para públicos cada vez maiores, sempre prontos para consumir mercadorias. A diversidade é celebrada universalmente e, certamente, também é convertida em mercadoria turística. Os territórios agenciados localmente por gerações de povos indígenas, camponeses e trabalhadores rurais e urbanos sofrem a intervenção do capital. O capital é agora muito mais flexível, fluído, abundante e sedento de lucro e grandes quantidades de intermediários mobilizam-se por todo o mundo em busca de oportunidades de investimento. Exércitos de promotores estão a cargo da abertura destas oportunidades, fazendo com que o conhecimento acadêmico, tradicional, indígena, etc., esteja disponível para a criação de novas mercadorias. Os estados nacionais investem verbas públicas para a construção de infraestrutura que sustente as operações de investimento do capital. Estradas, vias fluviais, portos marítimos, túneis e pontes são construídos em todo o mundo pós-colonial para entregar os produtos primários extraídos: minerais, combustíveis, cultivos e qualquer tipo de mercadoria que pode fluir destes territórios até os centros industrializados. O projeto para a Integração de Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA, www.iirsa.org) é um exemplo dos marcos internacionais firmados pelos estados nacionais. Estes mobilizam recursos públicos para esses projetos e intervêm em todo território local situado dentro do alcance do projeto. Os acordos transnacionais como o mencionado são ecos da reforma sincronizada das legislações mineradoras em dezenas de estados nacionais na América do Sul e na África durante a década de 1990 que ocorreram sob pressão do sindicato de corporações mega-mineradoras (MACHADO, 2011). Além da escala global do capital e da escala multilateral regional das políticas estatais, cada um destes projetos intervêm territorialmente em localidades específicas. É nestes territórios localmente agenciados que o capital, o estado e os habitantes locais se encontram. Não é surpreendente que a arqueologia se encontre nestas tramas pós-coloniais entre objetivos e interesses diversos do capital, da vida e do conhecimento. O capital, o estado e os movimentos sociais lutam por seus próprios regimes de cuidado desses territórios. As tramas territoriais implicam estratégias de conhecimento em contextos de hegemonia e subalternidade. A arqueologia não é um

observatório neutro destas tramas, uma vez que já é uma disciplina forjada pelo conhecimento hegemônico a cargo do tratamento dos restos territorializados dos ancestrais dos subalternos. E é usualmente chamada para intervir nos campos de batalha já estruturados epistemologicamente. A disciplina arqueológica tem passado por profundas transformações para ser capaz de afirmar outros valores além da verdade. Estes valores adicionais, tais como a justiça social, o mercado, o lucro do capital, etc., operaram uma reconversão tecnológica desta disciplina acadêmica/científica previamente orientada somente a busca do conhecimento verdadeiro. Alguns dos nomes das reconversões tecnológicas da arqueologia pós-disciplinar são a gestão de recursos culturais, a arqueologia indígena, a arqueologia forense e o turismo arqueológico.

Peças legislativas particulares (principalmente legislação patrimonial e indígena) modulam as especificidades das intervenções arqueológicas nas tramas territoriais. Os meios usuais para regular as relações com os materiais (coisas) e as pessoas é a avaliação ética profissional da intervenção. Usualmente, a ética das consequências das intervenções territoriais arqueológicas tem, na pós-disciplina, um lugar equivalente ao que a epistemologia tinha em contextos disciplinares. Definem-se protocolos para formalizar contextos de intervenção; ouvem-se as partes interessadas para que identifiquem suas diversas posições em relação ao registro arqueológico; as reivindicações indígenas pelos vestígios são reguladas pela lei e pela burocracia do estado. A legislação (assim como as convenções internacionais e multilaterais) inclui tanto as definições disciplinares dos restos arqueológicos, como os regimes disciplinares de cuidado dos mesmos. O mesmo pode-se dizer das intervenções pós-disciplinares nas tramas territoriais. A pós-disciplina recapitula os pressupostos disciplinares em relação aos vestígios, ou seja, com relação às relações territoriais constitutivas entre povos e coisas/agentes específicos. Por isto, ainda considerando a importância usual da avaliação ética das eventuais consequências das intervenções e também assumindo as melhores intenções dos profissionais envolvidos, as intervenções arqueológicas pós-disciplinares já estão inclinadas estruturalmente.

Os pressupostos ontológicos presentes nos marcos disciplinares são coerentes com a ontologia ocidental hegemônica do tempo, da matéria e do conhecimento. Esta ontologia se baseia em um status epistemológico hegemônico. Por isto, mais que um conjunto de enunciados sobre a realidade, é uma plataforma epistêmica, o princípio de realidade que alinha o passado, o presente e o futuro no discurso hegemônico. Uma vez que se trata do tempo no qual os atores agem, não é necessário presumir que atuam cnicamente. Esse tempo vetorial ocidental já tem uma origem e uma magnitude. Então, quem vive nesse tempo, vive com a mesma origem e a mesma orientação, e também atua no mundo com o mesmo ativismo implicado na transposição do tempo no espaço. Os regimes subalternos de cuidado têm pouco espaço para negociar e quase nenhum para sair da subalternidade. Os outros tempos não são sequer percebidos (como tais) pela visão hegemônica. Às vezes são reduzidos a amostras fossilizadas arcaicas, restos inertes do outro, folclore que estimula a

cromática da diferença. Às vezes ocorre que os movimentos sociais contra o desenvolvimento/conhecimento disputam as intervenções guiadas por princípios e protocolos pensados ética e politicamente. Os arqueólogos envolvidos nestas tramas vêm-se política e epistemologicamente alienados com o capital e o estado e contra as localidades territorializadas. Essas situações usualmente levam os arqueólogos a reforçar suas posições hegemônicas na episteme ocidental; porém, alternativamente, também podem ser oportunidades para reconhecer a perversidade e a persuasão dos pressupostos disciplinares que constituem a subjetividade ética e política dos sujeitos (disciplinados), além de suas próprias decisões éticas e políticas na vida.

O tempo vetorial recapitula teorias prévias da história na tradição ocidental. O desenvolvimento é a orientação tempo hegemônico atual. O tempo vetorial é idêntico ao tempo arqueológico; essa é a razão da cumplicidade entre arqueologia e desenvolvimento. Quando a arqueologia pós-disciplinar intervém no estudo dos efeitos de um projeto de desenvolvimento/investimento a arqueologia assume uma ontologia particular do tempo, da matéria e do conhecimento moldada em seus próprios marcos disciplinares. O tempo linear implícito no relatório arqueológico é o mesmo tempo linear implicado na inevitabilidade da expansão capitalista (na forma daquele desenvolvimento em particular). Outros tempos codificados em outros conhecimentos são excluídos da avaliação do projeto. A avaliação ética da prática correta só pode ser decidida dentro dos limites deixados pelos protocolos da expansão (modulação) da ontologia ocidental além de suas fronteiras. A arqueologia pós-disciplinar está incluída em esquemas que modulam a expansão capitalista, no sentido de que o capitalismo nunca sofre oposição ou é questionado, como se fosse um destino fatídico e metafísico, no lugar de ser um fenômeno sócio-histórico. O projeto da intervenção territorial é guiado por um procedimento burocrático que o traduz em uma possibilidade real. A intervenção territorial pelo capital nunca pensa no agenciamento territorial local. Os intermediários financeiros avaliam as intervenções territoriais em termos de equações de custos, rendas, riscos e prazos. O patrimônio arqueológico é algo bastante difícil de antecipar ou definir quantitativamente sem a arqueologia. O papel das intervenções arqueológicas pós-disciplinares é o de traduzir as incertezas do patrimônio arqueológico de um projeto de investimento em valor monetário equivalente; as entidades principalmente qualitativas, invisíveis e imprevisíveis são disponibilizadas para sua inclusão nas equações financeiras necessárias para avaliar a viabilidade do projeto (para o capital). Inclusive se a intervenção arqueológica aumenta os custos e prazos, é a única maneira de redução do risco em relação a algo tão incerto como o arqueológico.

CONTRATEMPO

Com o objetivo de finalizar este já longo texto, gostaria de pedir ao leitor que pense na possibilidade de um contratempo, um tempo contra-hegemônico em favor do qual já escrevi em defesa de a uma arqueologia indisciplinada (HABER, 2012). Aqui só enfatizo os agenciamentos territoriais locais na fronteira capitalista como lugares de teoria. Estes são os territórios assinalados

pela dinâmica de fronteira para a extração de conhecimento. Como percorrer o território em prospecções de baixa intensidade, quais plantas são úteis para o quê, as tradições locais, os sítios arqueológicos, como cuidar o território, são alguns dos conhecimentos extraídos e disponibilizados em desenvolvimentos mercantis alimentados pelos projetos de investimento de capital. Nossas ciências buscam informantes, dados etnográficos e etnoarqueológicos, apoio local (bens, autorizações e força de trabalho), em resumo, os conhecimentos locais tem sido e são usados, mas raramente tem sido considerados como conhecimentos por direito próprio. Porém, de fato, as resistências contra-hegemônicas às intervenções territoriais baseiam-se nestes conhecimentos. Os territórios locais não são agenciados, nem habitados em isolamento da episteme hegemônica, mas estabelecem diversos modos de relação com ela. Habitar a fronteira é sempre habitar uma duplicidade epistemológica, falar duas línguas, pensar com dois corações. Os coletivos territoriais que desejam confrontar a hegemonia epistemológica sempre têm uma enorme tarefa teórica a realizar: pensar a hegemonia na contra corrente e se desprender de sua linguagem. Também tem uma grande vantagem. Reconhecem seu lugar de vivência como o lugar da enunciação e teoria, e se mobilizam teoricamente na defesa da vida. Guiados por um princípio de esperança e prontos a lutar por seus mortos, devem ler na contra corrente os discursos acadêmicos mobilizados pelas intervenções territoriais.

Esses são os lugares da teoria descolonial e é em diálogo com estes lugares de fronteira que a arqueologia se indisciplina. Indisciplinar a arqueologia é insubordinar-se de seus pressupostos disciplinares que anatomizei na primeira parte deste texto. A arqueologia está usualmente presente nos territórios da fronteira do capital, em geral em meio a um campo de batalha. Ninguém pode ser neutro em um campo de batalha. Uma vez ali, pode-se ser contratado a serviço do capital e avaliar os efeitos no patrimônio do projeto de investimento e traduzi-los em equivalentes de valor para serem incluídos em uma equação financeira; ou pode-se desenvolver solidariedade com os agenciamentos territoriais locais prontos a lutar por seus mortos. Pode-se habitar o tempo hegemônico e desfrutar do muito ou pouco êxito mercantil ou habitar uma trincheira, um contratempo.

AGRADECIMENTOS

Cristóbal Gnecco e Adriana Dias me convidaram, gentilmente, para a reunião em Porto Alegre. Daniela Fernández ofereceu sua perspectiva situada sobre a arqueologia de contrato. Muita gente contribuiu de diversas maneiras, entre elas Felipe Criado, Leandro D'Amore, Adriana Dias, Daniela Fernández, Cristóbal Gnecco, Yannis Hamilakis, Horacio Machado e Nick Shepherd.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESCOBAR, A. 1999. *El final del salvaje. Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*. Instituto Colombiano de Antropología, Bogotá.

- GARRAGHAN, G. 1946. *A guide to historical method*. Fordham University Press, Nova York.
- GNECCO, C.; AYALA, P. (Orgs.), 2010. *Pueblos indígenas y arqueología en América Latina*. FIAN-Universidad de los Andes, Bogotá.
- GOTTSCHALK, L., 1950. *Understanding history: a primer of historical method*. Alfred A. Knopf, Nova York.
- HABER, A. F., 1999. *Informe de impacto arqueológico de la fase de exploración (plan de perforación) del área de reserva minera Antofalla Este*. Universidad Nacional de Catamarca, Catamarca.
- HABER, A. F., 2012. Un-disciplining archaeology. *Archaeologies* 8: 55-66.
- HABER, A. F.; SCRIBANO, A., 1993. Hacia la comprensión de la construcción científica del pasado: ciencia y arqueología en el noroeste argentino. *Alteridades* 3(6).
- HODDER, I., 1989. This is not an article about material culture as text. *Journal of Anthropological Archaeology* 8:250-69.
- MACHADO, H., 2011. El Auge de la minería transnacional en América Latina. De la ecología política del neoliberalismo a la anatomía política del colonialismo. In: *La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina*, editado por Héctor Alimonda, pp 135-179. CLACSO/CICCUS, Buenos Aires.
- RIVERA, S., 2010. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Retazos-Tinta Limón, Buenos Aires.
- SANTIAGO, R.-A., 1998. Griegos y bárbaros: arqueología de una alteridad. *Faventia* 20(2):33-45.
- SHAFFER, R. J., 1974. *A guide to historical method*. The Dorsey Press, Illinois.
- THOMAS, N., 1994. *Colonialism's culture: anthropology, travel, and government*. Princeton University Press, Princeton.
- TROUILLOT, M., 1995. *Silencing the past: power and the production of history*. Beacon Press, Boston.